



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATHEUS FERNANDES BARBOSA

**IMPORTÂNCIA DO PLANO DE METAS NO DESENVOLVIMENTO DA
INDÚSTRIA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO JK**

GOIÂNIA-GO
2023

MATHEUS FERNANDES BARBOSA
Matrícula nº 2020.2.0021.0004-3

**IMPORTÂNCIA DO PLANO DE METAS NO DESENVOLVIMENTO DA
INDÚSTRIA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO JK**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Gesmar José Vieira

GOIÂNIA-GO
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATHEUS FERNANDES BARBOSA

Matrícula nº 2020.2.0021.0004-3

**IMPORTÂNCIA DO PLANO DE METAS NO DESENVOLVIMENTO DA
INDÚSTRIA BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO JK**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Gesmar José Vieira

Prof. Me. Edilson Gonçalves Aguiaris

Prof. Me. Mauro César de Paula

GOIÂNIA-GO

DATA DA APROVAÇÃO 13 / 12 / 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me conceder a vida e me permitir uma caminhada tão leve e prazerosa. Agradeço à Nossa Senhora Aparecida por me iluminar e proteger durante o meu caminho, especialmente no período da graduação. Agradeço aos meus pais, Gilmê e Cristiano, que dedicaram boa parte das suas vidas para que eu tivesse todas as boas oportunidades que tive. Agradeço ao meu irmão, Kaiky, por ter sido o meu exemplo em tantos momentos da vida. Agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado. Agradeço aos meus amigos, em especial a Maísa Raquel que me apoiou nos momentos mais difíceis. Agradeço ao meu orientador, Gesmar, que foi fundamental não só na produção desse trabalho, mas durante toda a graduação.

“Se há algo que posso louvar em mim mesmo é o fato de ter me mantido o mesmo homem, antes, durante e depois do poder”

Juscelino Kubitschek de Oliveira

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a análise de como o Plano de Metas, desenvolvido e aplicado por Juscelino Kubitschek durante seu Governo, foi importante para o desenvolvimento econômico do país, com foco no crescimento da atividade industrial brasileira. Através de pesquisa bibliográfica, com abordagem quantitativa e natureza descritiva, o estudo identificou o modelo de desenvolvimento econômico, de infraestrutura e de industrialização promovido pelo ousado plano de JK, que tinha como objetivo, promover um avanço econômico de cinquenta anos no Brasil durante os cinco anos de governo. O trabalho aprofundou a análise do investimento e execução do Plano de Metas na área da indústria e possibilitou um comparativo entre o nível industrial do Brasil antes e depois do Governo JK. Outro ponto de destaque no trabalho foi a análise do aumento da participação da indústria na economia brasileira após a execução do Plano de Metas e, como esse aumento contribuiu para o crescimento econômico do país. Foi possível então, verificar o importante avanço nos setores industriais e na economia brasileira em geral durante o Governo de Juscelino Kubitschek, tornando JK um dos mais importantes Presidentes da história do país.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Indústria; Juscelino Kubitschek; Plano de Metas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação dos setores de atividade na composição do PIB brasileiro entre 1950 e 1960	28
Gráfico 2: Composição do Setor Industrial brasileiro em 1952 e 1961	29
Gráfico 3: Variação da produção anual de aço, cimento e alumínio durante o Governo JK	30
Gráfico 4: Variação entre a meta estabelecida e a produção efetiva da indústria automobilística brasileira em 1960.....	31

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEIA	Grupo Executivo da Indústria Automobilística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JANGO	João Goulart
JK	Juscelino Kubitschek
PEM	Plano de Estabilização Monetária
PIB	Produto Interno Bruto
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA	12
1.1 O Governo JK.....	12
1.2 Plano de Metas.....	14
1.3 Desenvolvimento Econômico e Industrial	16
2 O PLANO DE METAS DE JK E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL.....	19
2.1 Modelo e Execução do Plano de Metas de JK.....	19
2.2 Desenvolvimento Industrial no Governo JK.....	22
2.3 A Industrialização antes e após o Governo JK.....	24
3 CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DO PLANO DE METAS DO GOVERNO JK PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA	27
3.1 Participação Relativa da Indústria na Economia e sua Contribuição para o Desenvolvimento Industrial.....	27
3.2 Metas do Plano Relacionadas à Indústria Brasileira	29
3.3 A Transferência da Capital Federal para Brasília: Impactos Econômicos	32
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

O Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), marcado pelo slogan “50 anos em 5”, ficou conhecido como um dos mais importantes governos da história do Brasil. Através de seu ousado Plano de Metas, JK promoveu a aceleração do crescimento e desenvolvimento do país em um nível jamais visto em governos anteriores.

O objetivo geral do presente trabalho será analisar o Plano de Metas do Governo JK e a sua importância para o desenvolvimento da indústria brasileira. Como objetivos específicos destacam-se o processo de identificação dos modelos de desenvolvimento econômico, de infraestrutura e de industrialização promovidos pelo Presidente Juscelino Kubitschek; a verificação da importância do investimento promovido durante a execução do Plano; e a comparação do nível de industrialização do País antes e depois do Governo.

O plano de desenvolvimento da economia brasileira implementado por Juscelino Kubitschek, foi fundamental para a mudança estrutural produtiva do Brasil no final dos anos 1950, aumentando a participação relativa da indústria na economia e encadeando o desenvolvimento industrial para setores mais complexos e intensivos em tecnologia, como a indústria automobilística e de motores elétricos.

Antes de Juscelino Kubitschek, principalmente durante os governos de Getúlio Vargas e Café Filho, os programas de desenvolvimento do país eram restritos e voltados para apenas algumas áreas específicas, basicamente de infraestrutura. Com a execução do Plano de Metas, o Governo se esforçava para promover um desenvolvimento acelerado em todas as áreas da economia, realizando uma transformação estrutural no país.

O questionamento pertinente contribui para o entendimento quanto às explicações que são consideradas do ponto de vista da análise proposta para a compreensão do tema definido. Assim, no sentido de avaliar a importância do Plano, questiona-se qual a contribuição do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Como hipótese levantada ao se considerar a importância do Plano, no sentido de dar uma resposta ao problema, e ao se considerar que Plano de Metas foi de fundamental importância para desenvolvimento da indústria brasileira durante o Governo JK, tendo em vista o registro que destacou o aumento da participação relativa da indústria na economia que contribuiu para o desenvolvimento industrial nos setores mais complexos e intensivos em tecnologia.

Não se pode deixar de mencionar como importância do plano a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, que possibilitou a industrialização do interior do país, principalmente na região Centro-Oeste. Não é possível apresentar o período do Governo Juscelino Kubitschek sem levar em consideração a importância do pensamento desenvolvimentista que foi inserido na sociedade brasileira, promovendo na população a necessidade de superar o atraso econômico em relação às grandes potências industrializadas por meio da industrialização do país, possibilitada pelo planejamento e investimento do governo.

Tais fatos se sustentam nos suportes teórico e histórico a serem descritos como fatores importantes para o entendimento quanto à importância do Plano de Metas do Governo JK, o contexto do Plano no âmbito do desenvolvimento e o conseqüente crescimento econômico do Brasil. Esse desempenho, marcado pelos bons resultados da economia nos anos que se seguiram, está delineado e colocado a prova ao longo desta pesquisa.

O método utilizado para o desenvolvimento do presente trabalho ocorreu através de pesquisa bibliográfica, com abordagem quantitativa e natureza descritiva, de tal maneira que os fatores que determinam o fenômeno e suas explicações serão destacados, estabelecendo-se os resultados mediante identificação das relações a partir de variáveis econômicas conhecidas.

A presente monografia está estruturada em três capítulos, a saber: o primeiro, trata-se da descrição dos aspectos de fundamentação histórica e teórica do Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira; contextualização do Plano de metas do ponto de vista conceitual e definição; e finalmente os aspectos de conhecimento teórico sobre desenvolvimento econômico e social.

O segundo capítulo dedicado aos objetivos relacionados ao Plano de Metas e sua importância para o desenvolvimento econômico, traz como foco o modelo de desenvolvimento econômico, infraestrutura e industrialização; levanta informações que se referem ao investimento e execução do Plano na área da indústria; e por fim os aspectos dinâmicos que destacaram o processo de industrialização do Brasil antes e após o Governo Juscelino Kubitschek.

Como terceiro capítulo os fatores determinantes que destacam a contribuição econômica do Plano de Metas para o desenvolvimento da indústria nacional, ao se apresentar a participação relativa da indústria na economia e sua contribuição para o desenvolvimento industrial; as metas do plano relacionadas à indústria de máquinas e

equipamentos de mecânica pesada e de material elétrico; e por fim enfatiza-se a transferência da capital federal para Brasília, com ênfase para os impactos econômicos e sociais.

Assim, dada à relevância econômica e social, os fatores de formação e os determinantes de desenvolvimento, procura se por meio da presente monografia destacar a importância do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, ressaltando seu destaque dentre os demais Planos até então delineados, que traz para o centro do País o desenvolvimento econômico e industrial, além do verdadeiro processo de integração nacional.

1 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA

O objetivo deste capítulo é contextualizar os aspectos históricos e biográficos sobre Juscelino Kubitschek de Oliveira, além de uma breve exposição do período em que esteve como Presidente da República. Também de conhecer a fundamentação teórica quanto a formulação e aplicação de um Plano de Metas, e por fim, a discussão teórica acerca do Desenvolvimento Econômico e Industrial.

1.1 O Governo JK

O Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tornou-se um dos Governos mais importantes para a política e a economia do Brasil. JK assumiu a Presidência da República em um período decisivo para a política nacional enfrentando desafios políticos, econômicos e estruturais.

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) era natural da cidade mineira de Diamantina. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1927 e especializou-se em Urologia na França, em 1930. Após a Revolução de 30, ocasião em que Getúlio Dornelles Vargas assumiu a Presidência da República, JK regressou ao Brasil.

Kubitschek iniciou sua carreira política lançando-se candidato a Deputado Federal em 1934. Eleito, tornou-se Deputado Federal por Minas Gerais em 1935, assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte em 1940 e, posteriormente, elegeu-se Governador de Minas Gerais, em 1950. Em outubro de 1954, lançou sua candidatura à Presidência da República, sendo oficializada em fevereiro do ano seguinte.

Conforme Couto (2011), para dar legitimidade e prestígio à sua candidatura, Juscelino Kubitschek buscou e conseguiu o apoio do ex-presidente da república e ex-prefeito de Belo Horizonte, Venceslau Brás Pereira Gomes. Através de uma aliança entre seis partidos políticos, em 3 de outubro de 1955, JK foi eleito Presidente da República com 35,68% dos votos.

Ainda segundo Couto (2011), após as eleições, a UDN tentou impugnar o resultado das eleições, alegando que JK não obtivera a maioria absoluta dos votos. A posse só foi garantida com um levante militar liderado pelo Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, que depôs o então Presidente Interino da República, Carlos Coimbra da Luz. Acreditava-se que Carlos Luz, filiado à UDN, não daria posse ao novo Presidente eleito.

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira toma posse como Presidente da República no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Ao seu lado, assume como Vice-presidente da República, João Goulart.

João Belchior Marques Goulart (1919-1976) era natural da cidade gaúcha de São Borja. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1939. Jango iniciou a carreira política a convite de Getúlio Vargas, elegendose Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul em 1947. Elegeu-se Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul em 1951 e, posteriormente, tornou-se Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Brasil, em 1953.

JK e Jango iniciaram o Governo com um ambicioso plano para trazer cinquenta anos de avanços ao país em cinco anos de trabalho, chamado Plano de Metas. O Plano de JK possuía 30 metas relacionadas às áreas de alimentação, educação, energia, indústria e transporte, além da chamada Meta Síntese, que consistia na construção de Brasília e a transferência da capital do país para o Centro-Oeste.

Antes de Juscelino Kubitschek, principalmente durante os governos de Getúlio Vargas e Café Filho, os programas de desenvolvimento do país eram restritos e voltados para apenas algumas áreas específicas, basicamente de infraestrutura. Com a execução do Plano de Metas, o Governo se esforçava para trazer um desenvolvimento acelerado em todas as áreas da economia, promovendo uma transformação estrutural no país.

Juscelino Kubitschek iniciou o Plano de Metas como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico acelerado no Brasil. Ele concebeu o Plano como meio de atingir objetivos específicos em diversos setores da economia e da infraestrutura do país, estabelecendo metas claras para serem alcançadas no período de cinco anos de seu Governo.

O foco inicial do Governo era fazer um levantamento técnico dos principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, identificar as áreas da indústria onde havia demanda reprimida e detectar as principais falhas na infraestrutura do país. A partir desse diagnóstico, iniciam-se as proposições de projetos e planos específicos para a resolução parcial ou integral desses problemas.

Juscelino Kubitschek coloca em prática o Plano de Metas, enfrentando desafios, sobretudo políticos. Além de governar um país polarizado, dividido entre conservadores e progressistas, para viabilizar o seu ousado projeto desenvolvimentista, JK precisou de realizar uma aliança política envolvendo diversos partidos políticos, que ficou conhecida

como “política dos 50%”. Essa aliança permitiu ao Governo base sólida no Congresso, porém, gerou tensões e conflitos durante o mandato de JK.

Para atingir os seus objetivos de industrialização, desenvolvimento econômico, modernização e integração nacional, JK precisou seguir uma abordagem pragmática e conciliatória, buscando uma política externa independente e com estreitamento de relações com os países desenvolvidos.

Para Couto (2011), ainda que o Governo de JK tenha saldo extremamente positivo em relação ao desenvolvimento do país, o período foi marcado por elevados gastos públicos e aumento da dívida externa, elevação da inflação e constantes protestos e greves relacionados às questões sociais e trabalhistas.

1.2 Plano de Metas

Conforme Lafer (1973), Plano de Metas de governo, trata-se de um instrumento de planejamento e gestão que visa auxiliar a administração pública a identificar prioridades governamentais, e que define objetivos, prazos e compromissos os executivos federal, estadual ou municipal. Também expressam prioridades e auxiliam nas orientações relativas aos caminhos e mostram as dimensões dos possíveis desafios a serem enfrentados.

Desempenha papel essencial na administração pública, com o propósito de definir metas objetivas e mensuráveis que um governo pretende alcançar num dado período, previamente definido. Funciona como guia estratégico que estabelece metas específicas em áreas variadas, como economia, saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente e outros setores de grande importância social.

Essas metas são geralmente formuladas com base nas necessidades, solicitações e prioridades da população, refletindo os compromissos assumidos pelos governos com vistas a aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos. Os planos de metas governamentais promovem transparências e prestações de contas, uma vez estabelecer critérios mensuráveis e prazos para atingir objetivos.

Trata-se de uma ferramenta fundamental na gestão pública, ao desempenhar papel crítico ao estabelecer as metas, prioridades e direcionamentos a serem cumpridos em período específico. Essa estratégia de gestão é amplamente aplicada em níveis nacional, estadual e municipal, com o propósito de orientar as atividades do governo em prol do avanço econômico e social, bem como da melhoria das condições de vida da comunidade.

Ainda conforme Lafer (1973), historicamente, a ideia de planos de metas, se apresentou como destaque, a partir do "Plano de Metas" do governo de Juscelino Kubitschek. O projeto de JK tinha como objetivo acelerar o crescimento econômico e modernizar a nação em um prazo de cinco anos, estabelecendo objetivos específicos em diversas esferas, como energia, transporte, educação e saúde. Embora a experiência brasileira tenha sido notável, planos de metas são amplamente utilizados em todo o mundo, em variados contextos, para orientar governos e organizações na execução de metas estratégicas.

A elaboração de um plano de metas de governo trata-se de um procedimento de grande complexidade e relevância estratégica, exigindo minuciosa avaliação da conjuntura atual do país, estado ou município. Esse procedimento tem por finalidade definir linhas, diretrizes e objetivos bem definidos para a gestão pública, com o intuito de orientar investimentos e esforços nas áreas consideradas prioritárias, ao se buscar melhoria da qualidade de vida da população.

É imprescindível elaborar uma avaliação abrangente da situação. Esse processo implica na coleta e interpretação de informações relacionadas aos âmbitos econômicos, sociais, ambientais e políticos. Tal análise proporciona um diagnóstico detalhado das circunstâncias presentes e dos obstáculos que se apresentam, servindo como alicerce para a estipulação das metas governamentais.

A etapa seguinte consiste em estabelecer quais são as prioridades. Com base na análise da situação, o governo identifica os setores que demandam um foco mais intensivo. Esses setores podem englobar campos como educação, saúde, infraestrutura, segurança, meio ambiente, entre outros. A seleção das prioridades deve ser orientada pelas necessidades e ambições da população, bem como pela visão estratégica do governo.

O envolvimento dos cidadãos, de organizações da sociedade civil e de outros interessados é de importância crucial para assegurar que as metas governamentais sejam abrangentes e legítimas. A realização de consultas públicas e a organização de encontros com diferentes setores e grupos de interesse constituem estratégias fundamentais para garantir que as políticas estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da população.

Após a definição das prioridades e considerando as contribuições da sociedade, o governo então elabora metas específicas e mensuráveis. Cada objetivo deve ser

concreto, viável, relevante e ter um prazo determinado para sua consecução. Isso assegura que as metas sejam de fácil compreensão e passíveis de avaliação.

É essencial que o governo defina como os recursos financeiros, humanos e materiais serão distribuídos para alcançar as metas estipuladas. A criação de um orçamento adequado é crucial para assegurar que os programas e projetos necessários sejam devidamente financiados.

Cada objetivo deve estar associado à indicadores de desempenho, que são as ferramentas que viabilizam a avaliação do avanço em direção às metas estabelecidas, os quais devem ser passíveis de mensuração, atualizados em intervalos regulares e capazes de oferecer informações objetivas sobre o desempenho da administração pública para a população.

A transparência e a responsabilidade são componentes fundamentais para a eficácia de um plano de metas. Ao tornarem públicos os objetivos, indicadores, avanços e resultados, o governo permite que cidadãos, órgãos de fiscalização e demais partes interessadas monitorem atentamente o desempenho. Isso fortalece a confiança na administração pública e assegura que medidas sejam adotadas em prol do bem-estar da sociedade.

A implementação de um plano de metas de governo tem o potencial de fomentar o desenvolvimento econômico por meio da definição de orientações precisas para o crescimento. Estabelecer metas voltadas para a expansão de setores estratégicos, geração de empregos, atração de investimentos, ciência e tecnologia, promoção do empreendedorismo pode resultar em um aumento do PIB, aumento do IDH e na melhoria das condições sociais e econômicas para a população.

Conforme Lafer (1973), durante a sua implementação, o plano de metas tem o potencial de gerar resultados e benéficos, que vão desde o desenvolvimento econômico até a aprimoração da qualidade de vida da população, a promoção da sustentabilidade e o fortalecimento da governança. Para alcançar esses resultados, torna-se crucial que o plano seja concebido de maneira abrangente, executado com eficiência e supervisionado com transparência e responsabilidade. Quando bem-sucedido, um plano de metas pode ter um impacto duradouro e transformador na sociedade e na nação como um todo.

1.3 Desenvolvimento Econômico e Industrial

Existem diversas teorias e enfoques que visam compreender o avanço econômico, sendo uma das mais influentes a concepção de Joseph Schumpeter, o qual

ressaltou a importância da criatividade e do espírito empreendedor no progresso econômico.

Conforme Souza (2007), o progresso econômico é um princípio essencial na teoria econômica, que diz respeito à evolução da qualidade de vida de uma sociedade ao longo do tempo, e que engloba o crescimento na produção de mercadorias e serviços, a geração de oportunidades de trabalho, a diminuição da carência e o aprimoramento do bem-estar dos indivíduos.

Para Schumpeter (1957), as economias avançam por meio de destruição criativa, na qual inovações tecnológicas e alterações nos modelos de negócios deslocam setores industriais mais antigos e menos eficientes.

Schumpeter (1957) identificou também, o papel crucial dos empreendedores na introdução de inovações, sendo estes agentes de transformação que identificam oportunidades de mercado e estão dispostos a assumir riscos para implementar novas ideias. Tal atividade empreendedora é essencial para a dinâmica econômica e o crescimento de uma economia.

O desenvolvimento econômico apresenta variações e as nações podem se encontrar em estágios diversos de progresso. Os especialistas em economia frequentemente categorizam as economias em estágios distintos, que incluem economias avançadas, economias em desenvolvimento e economias subdesenvolvidas, tomando como referência indicadores como a renda per capita, a disponibilidade de educação e cuidados de saúde, a infraestrutura e outros fatores.

As políticas governamentais desempenham um papel de destaque na promoção do crescimento econômico. Isso engloba a alocação de recursos para aprimorar a infraestrutura, o sistema educacional e a assistência médica, ao mesmo tempo que fomenta um clima empresarial propício ao empreendedorismo.

Além disso, a estabilidade política e a garantia da aplicação das leis desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico, visto que incentivam investimentos internos e externos, além da geração de empregos e renda.

O avanço da industrialização é um componente fundamental para o desenvolvimento econômico de uma nação. Tal fator diz respeito à ampliação, modernização e diversificação do segmento industrial de uma economia. Esse avanço desempenha um papel fundamental na criação de empregos, no aumento da fabricação de produtos manufaturados e no progresso tecnológico.

Conforme Schumpeter (1957), o desenvolvimento industrial não apenas amplia a produção e a eficiência, mas também exerce uma função fundamental na criação de receita e prosperidade. Normalmente, o segmento industrial oferece salários superiores em comparação com o setor agrícola, o que pode elevar o nível de vida das pessoas. Além disso, a industrialização contribui para a diversificação da economia, reduzindo sua dependência em segmentos específicos.

Ainda de acordo com Schumpeter (1957), a evolução do desenvolvimento industrial ao longo do tempo tem sido moldada por avanços tecnológicos, mudanças nas necessidades do mercado e evoluções políticas e regulamentares. Novas tecnologias, como a automação e a robótica, têm transformado a produção industrial, tornando-a mais eficaz e competitiva.

A intervenção do governo desempenha um papel importante na orientação do desenvolvimento industrial. Investimentos em infraestrutura, educação, pesquisa e desenvolvimento frequentemente se fazem necessários para fomentar o crescimento do setor industrial. Além disso, a promoção de um ambiente empresarial favorável, que estimule o empreendedorismo e a inovação, é fundamental.

Para Furtado (1986), o desenvolvimento industrial é um elemento essencial do avanço econômico e social, com profundos impactos em uma economia. Portanto, equilibrar o crescimento industrial com considerações sociais, ambientais e econômicas é crucial para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

2 O PLANO DE METAS DE JK E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Neste capítulo serão analisados modelo e execução do Plano de Metas do Governo JK, mensurando o grau de desenvolvimento industrial promovido no período de 1956 a 1961, além de realizar comparativo entre o nível de desenvolvimento industrial do Brasil antes e depois do Governo JK.

2.1 Modelo e Execução do Plano de Metas de JK

O Plano de Metas foi um ambicioso programa de desenvolvimento econômico implementado no Brasil no período do Governo JK, de 1956 a 1961. O plano consistia em definir metas específicas para diversos setores da economia, como alimentação, energia, indústria e transportes, com a finalidade de acelerar o crescimento do país. O programa visava modernizar a infraestrutura do Brasil e promover o desenvolvimento industrial no país.

Segundo Mello (1990), o Plano de Metas foi desenvolvido objetivando trinta metas a serem alcançadas nos diferentes segmentos da economia. No final de sua elaboração, foi incluído no plano mais uma meta, relacionada à construção de Brasília e a transferência da capital do país. O plano visava desenvolver a indústria, investir em infraestrutura e geração de energia, bem como ampliar a extração de petróleo, objetivando a transformação do Brasil em um país industrializado.

A política de desenvolvimento econômico do Presidente Juscelino Kubitschek consubstancia-se em seu programa de metas, que abrange projetos a serem executados com recursos públicos e privados. O programa traduz, um conjunto dinâmico e progressivo de obras e empreendimentos realizáveis em diversas etapas, algumas das quais deverão ser ultimadas até o fim do atual quinquênio de Governo (1961) e outras de conclusão prevista de 5 a 10 anos, como é o caso da meta de energia elétrica, na qual cerca e 40% dos investimentos em curso só serão consumados entre 1961 e 1965. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1958, p. 8)

Conforme Presidência da República (1958), o Plano de Metas foi elaborado englobando cinco setores fundamentais: alimentação, educação, energia, indústria e transportes. O primeiro domínio contemplado correspondeu ao setor energético, absorvendo uma expressiva fatia de 43,4% dos recursos, fracionados entre as diferentes metas relacionadas à energia elétrica, energia nuclear, carvão mineral e produção de petróleo.

Ainda de acordo com Presidência da República (1958), o segundo domínio, ocupando uma significativa parcela de 29,6% dos investimentos, foi reservado ao setor de transportes, englobando as metas de modernização ferroviária, expansão da infraestrutura rodoviária, pavimentação de estradas, otimização dos serviços portuários e operações de dragagem, bem como o desenvolvimento da marinha brasileira e do setor de transportes aéreos.

O terceiro segmento, conforme Presidência da República (1958), ainda que representando uma fatia modesta de apenas 3,2% dos recursos, foi destinado ao setor alimentício, contemplando metas vinculadas ao trigo, à expansão das capacidades de armazenamento e silagem, ao desenvolvimento de frigoríficos, à mecanização das práticas agrícolas e ao incentivo à produção de adubos e fertilizantes.

Segundo dados da Presidência da República (1958), o quarto seguimento foi o setor das indústrias fundamentais, absorvendo uma considerável alocação de 20,4% dos investimentos totais, direcionados às metas industriais de áreas diversas como: alumínio, borracha, celulose, cimento, construção naval, ferro, indústria automobilística e material elétrico. Por último, o quinto setor, contemplando uma discreta fração de 3,4% dos investimentos, abrigou a meta educacional, com seus recursos direcionados à capacitação e treinamento da equipe técnica.

Na área da indústria, o Plano de Metas foi de fundamental importância para que o país deixasse de ser majoritariamente agrícola, para se consolidar industrial. Basicamente, a indústria teve início de fato no Governo Vargas, que durante seus anos de mandato investiu na transformação industrial brasileira e no seu crescimento acelerado. Juscelino Kubitschek continuou, de forma mais acentuada, o investimento na indústria de base, nos modelos de industrialização por substituição de importações.

Conforme Lafer (2002), ao final do Governo de Juscelino Kubitschek, quando Brasília já era de fato a capital do Brasil, os números da indústria brasileira mostravam o sucesso do Plano de Metas. Entre 1955 e 1961, a produção industrial no país teve um crescimento médio de 80%, sendo a indústria de equipamentos de transportes a que mais obteve crescimento, um aumento de 600%.

O Governo de Juscelino Kubitschek, bem como o seu Plano de Metas, ficou marcado como a fase mais importante no processo de industrialização do Brasil. Ainda conforme Lafer (2002), a partir da década de 50, o Brasil se consolidou como um país industrial, sendo que ao final do Governo, em 1961, a indústria somava 33,2% do PIB,

frente aos 26,6% que o setor representava quando Juscelino Kubitschek foi eleito, em 1955.

De acordo com Lafer (2002) as trinta metas do Plano de Metas tiveram impacto direto e indireto para o processo de industrialização no Brasil. Especificamente no setor industrial, as metas mais importantes foram: meta dezessete (mecanização da agricultura), vinte e sete (indústria automobilística) e vinte e nove (indústria de material elétrico e mecânica pesada). A meta da indústria automobilística era a produção de 140 mil veículos a motor em 1960.

No período de 1957 e 1960 a produção efetiva chegou a 92% da meta estabelecida. A responsabilidade de administração da meta ficou com o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA). Os benefícios para essa meta foram autorizações de investimentos com taxas de câmbio preferenciais para a importação de equipamentos, autorizados pela Instrução 113 da Sumoc, financiamentos de longo prazo pelo BNDE, isenções tarifárias e restrições à importação de componentes estrangeiros fabricados no país (LAFER, 2002, p. 141-143).

O Governo de Juscelino se notabilizou pela completa imersão do aparato estatal na concepção de uma política voltada ao progresso da nação brasileira. Por meio do audacioso Plano de Metas, a economia do país alçou-se a altitudes de crescimento vertiginoso. Para Lafer (2002), após uma tímida expansão de 2,9% em 1956, os anos compreendidos entre 1957 e 1960 testemunharam taxas elevadas de crescimento, alcançando, respectivamente, os índices de 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%. Os aportes em investimentos realizados por Juscelino revelaram-se cruciais para orquestrar a transformação estrutural pela qual a nação atravessou nesse período.

Os estímulos da política econômica do Plano de Metas para os investimentos privados estavam atrelados à redução dos custos monetários do investimento, com a obtenção de financiamentos externos, créditos de longo prazo ofertados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com baixas taxas de juros e amplo período de carência e amortização, e reserva de mercado interno para novos setores industriais, com o controle do câmbio e proteção mais eficiente depois da reforma tarifária de 1957 (LESSA, 1982, p. 71-72).

O Plano impulsionou a rápida elevação da contribuição do setor industrial para o Produto Interno Bruto (PIB) e acelerou o processo de transformação estrutural que teve início em 1930. Esse processo envolveu a transferência do foco dinâmico da agropecuária exportadora para o setor industrial urbano, resultando em um legado de um país mais moderno e desenvolvido.

2.2 Desenvolvimento Industrial no Governo JK

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o pensamento econômico voltado para o desenvolvimento atingiu seu ponto mais alto. Nesse período, o conceito de uma industrialização planejada ganhou destaque na literatura econômica do Brasil, superando a abordagem liberal que estava enfraquecida naquela época. Isso significa que a discussão econômica central estava voltada para o desenvolvimento econômico do país.

Logo no início do mandato, o Governo estabeleceu o Conselho do Desenvolvimento. Embora já existissem agências governamentais na década de 1950, as ambições significativas de seu plano econômico, que visava um desenvolvimento econômico de cinquenta anos em cinco anos de governo, exigiram a criação de uma entidade encarregada de coordenar a execução do Plano de Metas. O Conselho era composto por grupos de trabalho compostos por especialistas nas áreas de estudo, seguindo um modelo semelhante ao da CMBEU.

No caso brasileiro, para ser específico, parece claro que o desenvolvimento econômico deve ser associado a uma industrialização intensiva, não só pelo alto coeficiente de crescimento demográfico (que eventualmente criará a necessidade de uma absorção mais rápida de mão-de-obra deslocada da agricultura), como também pelas potencialidades de um amplo mercado interno; e ainda por uma estrutura de recursos minerais conducente à industrialização e apenas amenizada por deficiências energéticas francamente superáveis. (CAMPOS, 1953, p. 62-63).

Segundo Lafer (2002), A visão de governo JK também ficou evidente na fundação do Conselho de Desenvolvimento Econômico em 1956 e nos relatórios gerados por esse conselho, marcando o momento em que a política de industrialização e seu planejamento deixaram de ser questionados. Atendendo às pressões do FMI, que recomendava a unificação das taxas de câmbio, o presidente aprovou a Lei nº 3.244 em 1957, que simplificava o complexo sistema de múltiplas taxas de câmbio existentes na época.

Ainda de acordo com Lafer (2002), o maior desafio do governo foi encontrar uma maneira de desenvolver o Brasil sem comprometer o equilíbrio das finanças públicas nacionais. A contradição entre realizar investimentos significativos e controlar a inflação se tornou evidente no início de 1958, quando ocorreu um novo surto de inflação. Inicialmente JK tentou implementar um programa de estabilização chamado Plano de Estabilização Monetária (PEM), que foi desenvolvido pelo então Ministro da Fazenda,

Lucas Lopes. O objetivo do PEM era alcançar a estabilidade monetária como uma condição necessária para o desenvolvimento.

Em relação à problemática inflacionária, ao rejeitar o PEM em 1959, Kubitschek reitera mais uma vez a prevalência da agenda desenvolvimentista que caracterizou seu governo. Como antecedentes ao PEM, observa-se que os índices de preços começaram a acelerar na primeira metade de 1958, isso, aliado ao desequilíbrio financeiro e à incapacidade de obter novos financiamentos internacionais para compensar os déficits na balança de pagamentos.

Contudo, o governo não estava disposto a abandonar o Programa de Metas, que era considerado harmonizável com o Plano de Estabilização. Diante do dilema de escolher entre continuar com o programa para alcançar suas metas ou conter a atividade econômica interna para cumprir suas obrigações com os credores estrangeiros, JK optou por priorizar o alcance de suas metas, rompendo com o FMI em 1959.

O Governo JK acreditava em um Estado forte como motor para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para a ampla industrialização do País, mas atuando sempre em conjunto com o setor privado. Para JK, o setor privado deveria ser o motor do desenvolvimento; e a função do Estado seria a de dar suporte e direcionamento para que o setor privado fizesse os investimentos necessários nas áreas estratégicas, além de assumir o papel político de engendrar uma ideologia em que todos os setores econômicos e a população se sentissem parte do desenvolvimento da nação (CARDOSO, 1978, p. 22).

Durante o Governo JK, a principal característica do desenvolvimento econômico traduz-se pela consolidação da indústria brasileira, quando se instala no país a indústria pesada, principalmente a automobilística. Ao mesmo tempo, a indústria de base é impulsionada pelo investimento na indústria siderúrgica, cimentícia e naval.

Para Couto (2011), o Plano de Metas obteve sucesso em todas as áreas, principalmente na área industrial, em que “O valor real da produção industrial cresceu 80%, destacando-se a siderurgia (100%), a mecânica (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e a de material de transporte (600%)”.

Ainda conforme Couto (2011), a transformação estrutural na produção industrial brasileira pôde ser observada pelo aumento da participação do setor industrial no PIB do país, que, passou de 26% do PIB de 1955, para 33% do PIB em 1960.

2.3 A Industrialização antes e após o Governo JK

Diversos elementos impulsionaram o progresso da indústria a partir de 1930, tais como a migração das áreas rurais devido à queda na produção de café, o incremento da população nas cidades, que gerou um mercado de consumo considerável, e a diminuição das importações devido à crise global e à Segunda Guerra Mundial, o que estimulou o avanço da indústria, já que o país não enfrentava a competitividade das indústrias e produtos estrangeiros.

A Revolução de 1930 representou uma transformação na direção política e econômica do Brasil, afastando as oligarquias tradicionais vinculadas aos setores agrícola e comercial. Getúlio Vargas adotou uma abordagem voltada para o nacionalismo e a industrialização, Vargas tinha a intenção de estabelecer indústrias de base, visando a reduzir a dependência de importações e aprimorar a balança comercial, promovendo a produção doméstica de bens de consumo.

Segundo Villela (2011), durante a Segunda Guerra Mundial, as dificuldades no comércio internacional favoreceram a estratégia de substituição de importações. Nesse período o Governo criou a Fábrica Nacional de Motores, em 1943, ocorreu o início das operações do primeiro alto-forno da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1946, e houve a criação da Petrobrás, em 1953.

Conforme Baer (1985), o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia), introduzido em 1948, marcou a primeira tentativa de planejamento econômico após a Primeira Guerra Mundial e estava programado para estar em vigor de 1950 a 1954. Esse plano não era abrangente, mas enfatizava o gasto público nos quatro setores mencionados.

O Plano pode ser visto como uma resposta à crescente necessidade de industrialização e ao amplo crescimento industrial no período pós-guerra, que estava tornando a economia cada vez mais defasada em outros aspectos, como transporte, energia, fornecimento de alimentos e saúde, resultando em diversos obstáculos ao desenvolvimento.

O Plano SALTE não foi na realidade um plano global. Não continha metas para o setor privado nem programas para agir sobre ele. Era basicamente um programa de dispêndio público abrangendo um período de cinco anos. Apesar disso, teve o mérito de chamar atenção para setores da economia que estavam atrasados relativamente à indústria e que, desse modo, poderiam vir a embaraçar o crescimento futuro. (BAER, 1985, p.53).

Com a volta de Vargas à presidência em 1951, ressurgiu a concepção de que a industrialização era essencial para o avanço social e a independência econômica do Brasil. Na década de 1950, emergiu um projeto mais abrangente, com fundamentos e dinâmicas sociais diferentes daquelas da década de 30, marcando um período de aprofundamento no desenvolvimento industrial no Brasil.

A aceleração do ritmo de expansão e centralização da máquina estatal, agora, apresentava descontinuidade acentuada em relação ao Estado Novo e estabelecia as bases da transformação estrutural do Estado, cuja visibilidade maior ocorreria no período Juscelino Kubitschek. Em outras palavras, do ponto de vista da forma do Estado e das relações sociais que expressava, o segundo governo de Vargas teve muito mais a ver com o futuro do que com o passado que a continuidade da personagem poderia sugerir. (DRAIBE, 1985, p. 180).

Em 1956, JK assumiu a presidência do Brasil com a missão de introduzir um ambicioso programa de desenvolvimento industrial. Esse programa foi incorporado no Plano de Metas, que foi concebido e promovido durante a campanha eleitoral. O Plano de Metas tinha como metas principais o investimento em infraestrutura e energia, além de significativos aportes nos setores de siderurgia e indústria automobilística.

Conforme Gomes (1991), a estratégia de substituição de importações foi implementada para promover a fabricação de bens de consumo no país e diminuir a necessidade de produtos estrangeiros. Isso levou à criação de unidades fabris de empresas automobilísticas estrangeiras no Brasil, o que impulsionou a fabricação local de veículos. Além disso, a construção de Brasília também teve um efeito positivo na indústria de construção civil.

Os anos 1960 representaram um momento de crescimento na indústria, impulsionado pela expansão dos setores automobilístico, siderúrgico e outros. Nesse período, as empresas estatais desempenharam um papel significativo no que diz respeito à tecnologia e inovações nacionais, como a Petrobrás, detendo o monopólio nas áreas de exploração, extração e refino de petróleo.

O processo de industrialização possibilitou a rápida urbanização do país, promovendo um expressivo deslocamento da população rural devido ao declínio da agricultura do café. Isso se traduziu em um crescimento da população nas áreas urbanas, gerando mão de obra e mercado consumidor.

O governo de Juscelino Kubitschek representou um momento crucial na história da industrialização do Brasil. Através de investimentos substanciais em infraestrutura e na indústria, JK impulsionou o crescimento econômico e promoveu a modernização do

país. A industrialização permaneceu como um fator determinante na economia brasileira nas décadas subsequentes, transformando o Brasil em uma economia diversificada e industrializada.

Conforme Lafer (2002), ao final do Governo de Juscelino Kubitschek, quando Brasília já era de fato a capital do Brasil, os números da indústria brasileira mostravam o sucesso do Plano de Metas. Entre 1955 e 1961, a produção industrial no país teve um crescimento médio de 80%, sendo que em 1961, a indústria somava 33,2% do PIB, frente aos 26,6% que o setor representava quando Juscelino Kubitschek foi eleito, em 1955.

3 CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DO PLANO DE METAS DO GOVERNO JK PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

O objetivo deste capítulo é mensurar a participação relativa da indústria na economia antes e depois do Governo JK e sua importância para o desenvolvimento industrial do país, além de explicitar as metas do Plano de Metas relacionadas à indústria brasileira e enfatizar a importância da construção de Brasília para o desenvolvimento do centro-norte do país.

3.1 Participação Relativa da Indústria na Economia e sua Contribuição para o Desenvolvimento Industrial

O Plano de Metas desempenhou um papel fundamental na transformação da estrutura produtiva do Brasil no final da década de 1950. Ele foi responsável por elevar a importância da indústria na economia, impulsionando o desenvolvimento industrial em direção a setores mais avançados e tecnológicos.

Segundo Skidmore (1969), entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%).

De acordo com Furtado (1986), no período de Vargas, uma política foi estabelecida para orientar a industrialização, aproveitando a política cambial e uma oportunidade favorável nas relações comerciais no país. Sob o governo de Kubitschek, a substituição de importações entrou em uma nova fase, com maior ênfase na criação de indústrias de bens de capital.

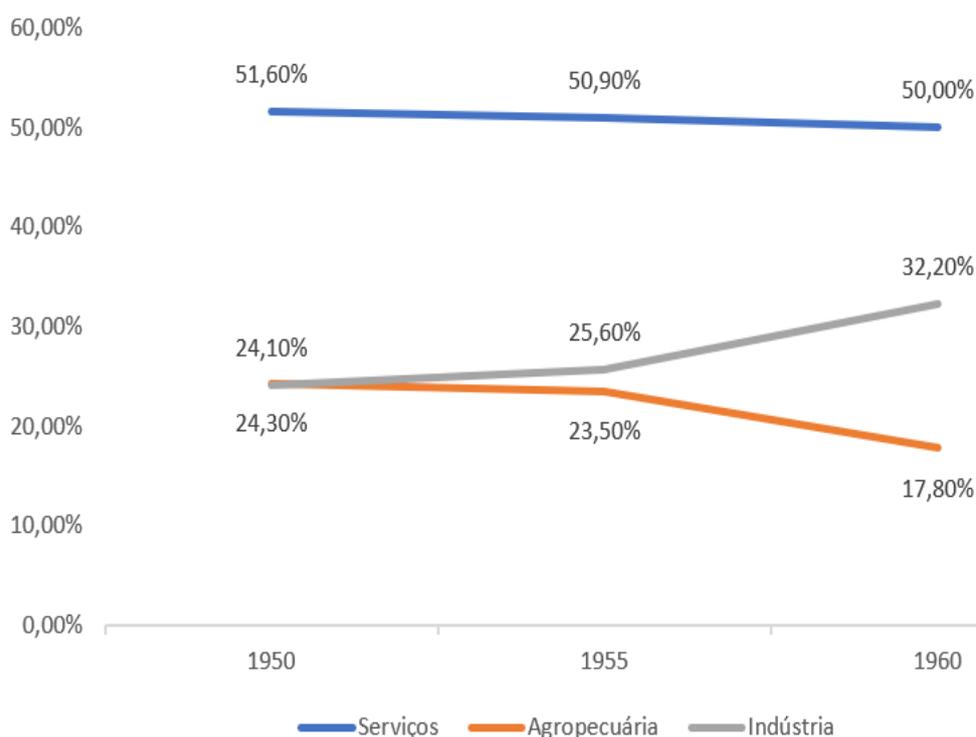
O governo Kubitschek impulsionou particularmente as siderúrgicas e as indústrias de cimento, marcando uma nova etapa no processo de substituição de importações iniciado na década de 1930. Isso resultou em uma considerável autossuficiência das indústrias na metade dos anos 1950.

Às indústrias estrangeiras foi dado um incentivo especial para investir na indústria brasileira. A fim de encorajá-las a trazerem equipamentos industriais para o Brasil, o que era extremamente necessário, o governo fez uso liberal da Instrução 113 da SUMOC, baixada durante o Governo Café Filho. (SKIDMORE, 1969, p.25).

As mudanças estruturais na indústria brasileira promovidas durante o governo JK puderam ser reconhecidas com a significativa alteração na composição do PIB entre os anos de 1955 e 1960.

Conforme Villela (2011), enquanto em 1955 a participação de cada setor na produção total em comparação com 1950 permaneceu praticamente inalterada, em 1960 houve um aumento significativo na contribuição do setor industrial para a composição do PIB. Em 1955, a indústria correspondia a 25,6% do PIB, enquanto em 1960, a participação da indústria aumentou para 32,2%, Gráfico 1.

Gráfico 1: Participação dos setores de atividade na composição do PIB brasileiro entre 1950 e 1960



Fonte: Villela, 2011/Elaboração própria.

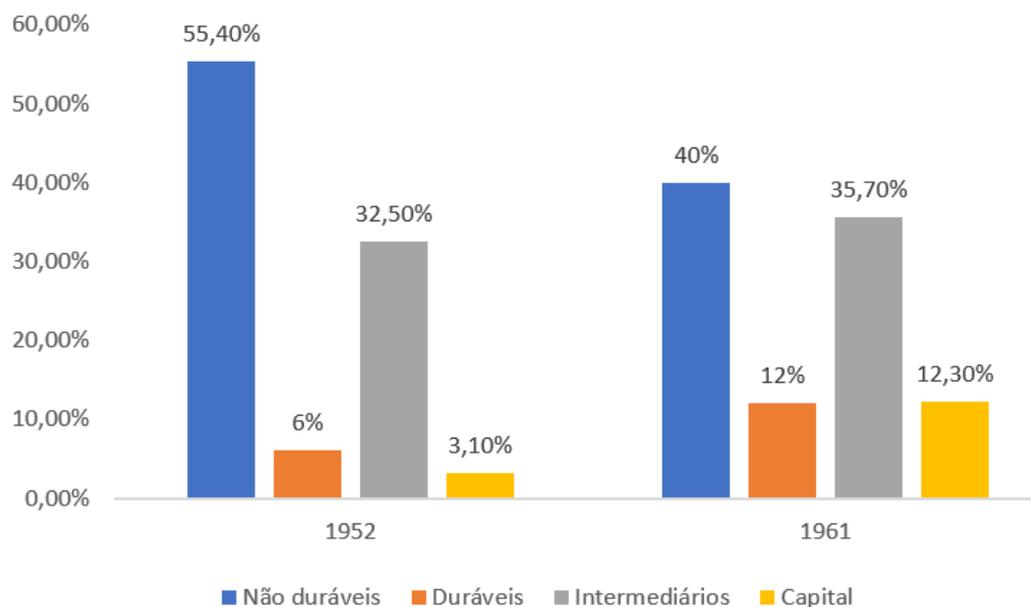
A transformação estrutural da economia brasileira durante a década de 1950 acelerou o processo de substituição de importações. Durante o Governo JK, houve a continuidade e aprofundamento da industrialização.

Além do significativo aumento na participação do setor industrial na composição do PIB brasileiro, a composição do setor industrial também sofreu mudanças positivas. Ao longo da década de 1950 houve a queda na produção de bens não duráveis e aumento na produção de bens duráveis, intermediários e de capital, Gráfico 2.

Durante o governo de JK, houve uma concentração de investimentos em setores-chave, como siderurgia, petroquímica, energia e transporte, resultando em um aumento

significativo na produção industrial, marcando uma fase de transformação na estrutura econômica do Brasil.

Gráfico 2: Composição do Setor Industrial brasileiro em 1952 e 1961



Fonte: Sochaczewski, 1993/ Elaboração própria.

As metas relativas às indústrias de base consistiam em estimular setores industriais como o siderúrgico, de alumínio, cimento, celulose, automobilístico, de mecânica pesada e química. Estas eram chamadas de indústrias germinativas, que marcariam o compasso para o crescimento rápido da industrialização futura. (BAER, 1985, p. 55).

Além disso, o Plano de Metas buscou diversificar a base industrial, com ênfase na criação de indústrias de bens de capital e produtos mais complexos. O objetivo era reduzir a dependência do país em relação às importações de manufaturados, fortalecendo a autonomia e a capacidade produtiva interna.

A estratégia incluiu também investimentos na expansão da infraestrutura e do sistema de transportes, com a construção de estradas e rodovias, melhorando a conectividade do Brasil e facilitando o escoamento da produção industrial.

3.2 Metas do Plano Relacionadas à Indústria Brasileira

Conforme Lafer (2002), o Plano de Metas foi formulado abrangendo cinco setores essenciais: energia, transportes, alimentação, indústria e educação. O investimento no setor industrial era de 22,3% dos investimentos totais, sendo dividido entre as metas industriais em siderurgia, produção de cimento, produção automobilística,

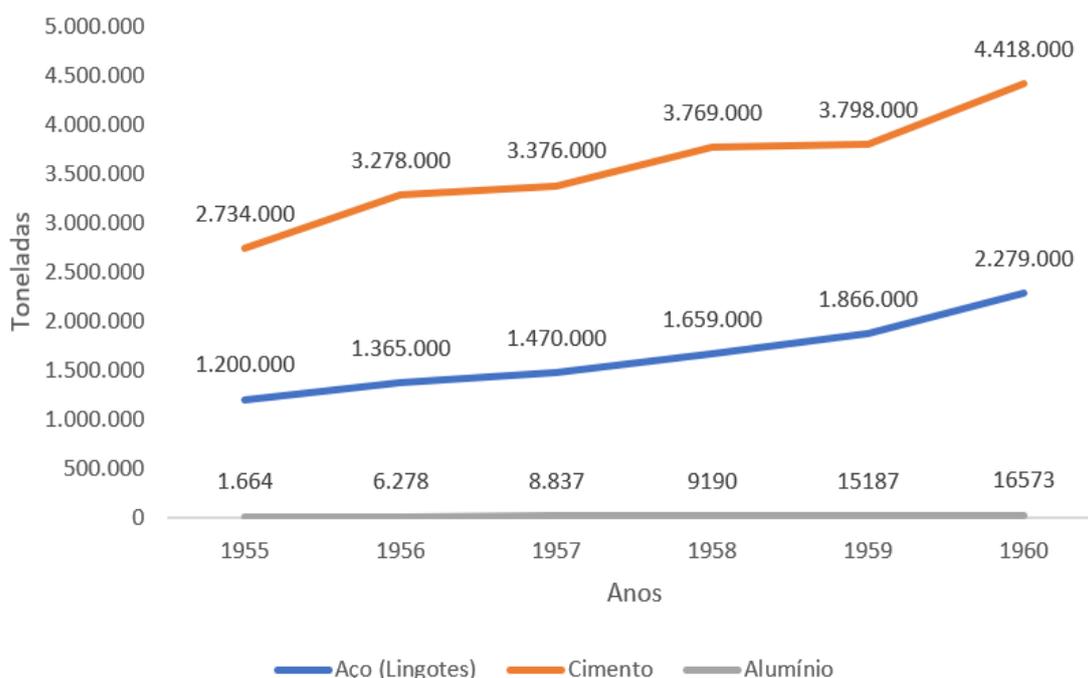
construção naval, exportação de minério de ferro, mecânica e indústria de material elétrico.

A política desenvolvimentista na figura do Plano de Metas fixava uma série de objetivos setoriais, consubstanciados em torno de trinta metas que deveriam ser implantadas em cinco anos, correspondentes ao mandato presidencial, mesmo que a execução dos projetos se estendesse pelos governos seguintes, como acabou acontecendo. Um dos grandes objetivos do plano que se desenhava era construir a infraestrutura necessária à integração do sistema industrial, antecipando-se à demanda, concentrada 31 primordialmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo - Minas Gerais (MELLO, 2010, p. 35).

Segundo Lessa (1982), a capacidade produtora da indústria siderúrgica em 1955 era de aproximadamente 1.200.000 toneladas de aço bruto em lingotes. O plano de JK era expandir essa capacidade para 2.300.000 toneladas até 1960 e iniciar obras que permitissem a expansão dessa capacidade para 3.500.000 toneladas em 1965.

De acordo com Lessa (1982), a capacidade de produção de cimento Portland, fundamental para a construção civil, alcançava de aproximadamente 2.700.000 toneladas em 1955. O Plano de Metas tinha como objetivo a expansão da capacidade produtiva para 5.000.000 de toneladas no ano de 1960. Em relação à produção de alumínio, no ano de 1955 a produção total foi de apenas 1.664 toneladas. O Governo então estipulou a meta de 18.000 toneladas para o ano de 1960, Gráfico 3.

Gráfico 3: Variação da produção anual de aço, cimento e alumínio durante o Governo JK



Fonte: Lessa, 1982/Elaboração própria.

As metas relacionadas à produção de bens de capital englobavam área da indústria de transporte, promovendo a expansão dos setores como fabricação de automóveis, construção naval, engenharia mecânica e o estabelecimento da indústria pesada de equipamentos elétricos

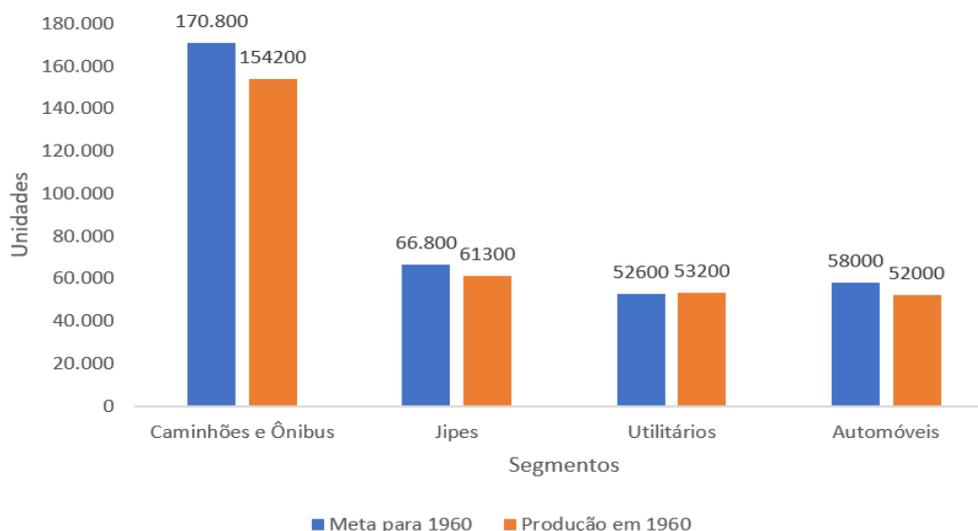
O fator da meta automobilística conduzir a nacionalização de veículos, constitui num dos mais importantes estímulos para a expansão da indústria mecânica. São sobrejacentes conhecidos os efeitos promocionais para trás da indústria automobilística, tão complexa é a fabricação deste produto. (LESSA, 1982, p. 88).

A indústria automobilística desempenhou um papel fundamental na substituição de importações, com um impacto em termos de valor bruto adicionado superior ao de qualquer outro setor industrial. A meta da produção automobilística foi praticamente atingida em sua totalidade, tanto em relação à produção quanto em relação a nacionalização de automóveis.

Concluída a progressiva nacionalização dos veículos, com índices que se situaram praticamente ao redor de 98%, em peso, encerrou-se a fase de implantação da indústria automobilística no país. O Brasil realizou, assim, de 1956 a 1960, o seu maior e mais arrojado esforço no campo da industrialização e, nessa arrancada histórica, efetivou, em menos de cinco anos, uma façanha que nenhum outro país havia conseguido lograr. Vencendo etapas, ingressou, pois, na Era do motor e na produção em série de veículos da mais avançada tecnologia. (GATTÁS, 1981, p. 331)

Ao se posicionar como o principal motor do crescimento industrial, a indústria automobilística criou um ambiente propício para o desenvolvimento do setor de serviços e a criação de novas oportunidades de emprego, Gráfico 4.

Gráfico 4: Variação entre a meta estabelecida e a produção efetiva da indústria automobilística brasileira em 1960



Fonte: Furtado, 1986/Elaboração própria.

3.3 A Transferência da Capital Federal para Brasília: Impactos Econômicos

Conforme Couto (2001), em 1956, o projeto de construir Brasília e transferir a capital foi apresentado ao Congresso. Apesar da oposição da UDN, partido que se opunha ao presidente, o projeto foi aprovado pela lei nº 2.874, em 19 de setembro de 1956. Dessa forma, deram-se início aos planos para a edificação da nova capital.

O início da construção de Brasília ocorreu em 1956, primeiro ano da administração de JK, sendo concluída em 1960 após quatro anos de esforços intensivos na região Centro-Oeste do Brasil. Para supervisionar e administrar esse projeto monumental, o presidente JK estabeleceu a Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Ainda segundo Couto (2001), a construção de Brasília atraiu mais de 28 mil migrantes, excedendo as expectativas do Governo. Isso resultou na improvisação de moradias ao longo do período de construção da cidade. Com o tempo, esses trabalhadores começaram a ocupar áreas vizinhas, formando localidades como Gama, Guará, Sobradinho, e anexos em Planaltina e Brazlândia. Enquanto isso, o Plano Piloto foi habitado pela classe média e por funcionários federais e do Distrito Federal.

A construção de Brasília foi uma meta prioritária no Plano de Metas do Governo JK. A iniciativa tinha como objetivo promover a integração nacional, ocupar e desenvolver as regiões pouco exploradas do Centro-Oeste e Norte. A transferência da capital para Brasília foi estrategicamente planejada como parte do esforço para impulsionar o desenvolvimento do país.

A construção não apenas necessitou de consideráveis recursos financeiros, mas também teve efeitos significativos na economia do Brasil. Uma das principais consequências foi o investimento do governo na criação de infraestrutura fundamental, incluindo estradas, redes de água, saneamento básico e eletricidade. Esse aumento substancial de recursos públicos não apenas estimulou o setor da construção civil, mas também gerou uma grande quantidade de oportunidades de emprego.

O aumento populacional impulsionou a economia local, estimulando o crescimento do comércio e serviços, tendo também efeitos duradouros no desenvolvimento urbano e imobiliário. Houve elevado crescimento nesses setores, com demanda por habitação e instalações comerciais. O rápido crescimento urbano não só impulsionou a construção de residências, mas também contribuiu para o estabelecimento de um novo centro econômico e industrial no centro do país.

A transferência da Capital Federal para o Centro-Oeste brasileiro foi o mais importante estímulo para o desenvolvimento econômico, industrial e social da região. A partir da década de 1960, principalmente no Distrito Federal e no estado de Goiás, a industrialização foi acelerada e consolidada via migração de pessoas e recursos financeiros para a região central do Brasil.

A proximidade entre a nova Capital Federal do País e a cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, possibilitou a formação do principal eixo populacional e comercial da região Centro-Norte do país, constituindo um dos principais polos industriais do país.

CONCLUSÃO

A partir da análise do presente trabalho, que teve por objetivo avaliar o nível de importância do Plano de Metas de JK para o desenvolvimento da indústria brasileira, é possível confirmar a hipótese de que o Governo JK, bem como o seu Plano de Metas tiveram expressiva relevância para o desenvolvimento e consolidação da indústria brasileira a partir segunda metade da década de 1950.

A gestão de Juscelino Kubitschek foi um momento decisivo na história econômica do Brasil, caracterizando-se pelo auge do enfoque no desenvolvimento e industrialização do país. Ao dar preferência a uma estratégia de industrialização planejada e criar o Conselho do Desenvolvimento, o governo de JK possibilitou uma transformação irreversível na economia brasileira.

Com foco na infraestrutura e no setor de energia, o Plano de Metas representou uma iniciativa ousada para impulsionar o processo de industrialização. Durante esse período, a estratégia de substituição de importações foi efetivamente colocada em prática, resultando na formação de indústrias nacionais em parceria com empresas estrangeiras além do crescimento substancial nos setores automobilístico e siderúrgico.

A década de 1950 passou por um crescimento na indústria, destacando-se o papel significativo das empresas estatais. O avanço da industrialização desempenhou um papel importante na rápida urbanização, principalmente na região Centro-Oeste do Brasil, incentivada pela construção de Brasília, provocando mudanças estruturais na dinâmica populacional do país.

Em relação a meta automobilística, a mais bem sucedida das metas de JK, além de consolidar a nacionalização dos veículos, a indústria automobilística teve um impacto expressivo na substituição de importações. Essa conquista não apenas impulsionou o crescimento em diferentes áreas, mas também criou um ambiente favorável para o desenvolvimento do setor de serviços e a criação de novas oportunidades de emprego.

É possível concluir que a execução do Plano de Metas durante o Governo JK foi sim de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria nacional, possibilitando a nacionalização de diversos produtos e a substituição das importações em vários mercados. A década de 1950 marcou uma virada no que diz respeito a indústria brasileira, tornando o setor industrial mais participativo na composição do Produto Brasileiro e mudando a composição do setor com o aumento na produção de bens intermediários, duráveis e de capital.

O Governo JK foi fundamental no processo de consolidação do setor industrial brasileiro e da modernização do país. A partir da década de 1950 a industrialização tornou-se um elemento fundamental na reconfiguração econômica do Brasil, estabelecendo as bases para ampliação e avanço no setor industrial nas décadas seguintes.

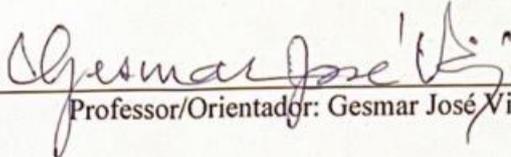
REFERÊNCIAS

- BAER, Werner. **A Economia Brasileira**, São Paulo, Nobel, 1985.
- CAMPOS, R. O. **Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos** – introdução. Digesto Econômico, São Paulo, abril de 1953.
- CARDOSO, M. L. **Ideologia do Desenvolvimento** – Brasil: JK – JQ. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- COUTO, Ronaldo C. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- COUTO, Ronaldo C. **Juscelino Kubitschek**. Câmara dos Deputados. Edições Câmara: Senado Federal, edições técnicas. Brasília, BR, 2011.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo, Editora Nacional, 1986.
- GATTÁS, Ramiz. **A Indústria automobilística e a segunda revolução industrial no Brasil**, São Paulo, Editora Prelo, 1981.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1991.
- LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- LESSA, Carlos. **15 anos de Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1982 (1ª edição: Boletim Econômico de la CEPAL, nov/1964)
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**. Serviço de documentação, Rio de Janeiro, 1958.
- SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Cambridge, Harvard University, 1957.
- SOCHACZEWSKI, A. C. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil: 1952-1968**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1993.
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SKIDMORE, T. **Brasil de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

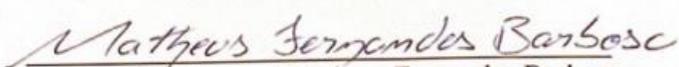
Declaro, para os fins devidos, que o estudante **Matheus Fernandes Barbosa**, matrícula **2020.200.21.0004-3**, regularmente matriculado no oitavo semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, está apto a apresentar e submeter o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 4 de dezembro de 2023.



Professor/Orientador: Gesmar José Vieira

Ciente:



Estudante/Acadêmico: Matheus Fernandes Barbosa

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante Matheus Fernandes Barbosa, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2020.200.21.0004-3, telefone (62)992746907, e-mail econ.matheus@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do Autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de CURSO intitulado Importância do Plano de Metas no Desenvolvimento da Indústria Brasileira durante o Governo JK, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais por 5 (cinco) anos, conforme permissão do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado: Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 4 de dezembro de 2023

Assinatura do(s) autor(es): Matheus Fernandes Barbosa
Nome completo do autor Matheus Fernandes Barbosa

Assinatura do professor- orientador: Gesmar José Vieira
Nome completo do professor-orientador: Gesmar José Vieira